



A Linguagem Jornalística: Sua Interferência e Contribuição ao Desenvolvimento da Amazônia Brasileira¹

Klondy Lúcia de Oliveira Agra²

Faculdade Interamericana de Porto Velho – UNIRON

Resumo

Olhares distintos acompanham o desenvolvimento da Amazônia brasileira com sentidos e interesses diversos. Jornais locais, nacionais e internacionais trazem à comunidade amazônica informações sobre temas múltiplos, construindo novos sentidos e modificando sentidos culturalmente construídos. Este artigo procede de análise e observação sobre a linguagem jornalística e sua influência na Amazônia brasileira. Através deste estudo, discutimos a acuidade dessa linguagem para a construção de novos sentidos, sua interferência na cultura local e a sua contribuição ao desenvolvimento regional. Com base no estudo bibliográfico, procuramos fazer um paralelo entre a história do jornal e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

Palavras-chave:

Jornal; Linguagem Jornalística; Amazônia brasileira; Desenvolvimento Regional.

Introdução

A Amazônica brasileira, sua colonização e seu desenvolvimento têm sido observados por pessoas e interesses diversos ao longo de sua história. Paralelo ao desenvolvimento regional, o amazônida vem recebendo toda espécie de informações, através da linguagem jornalística. Essas informações influenciam o modo de vida dessas pessoas, mudam pontos de vista e trazem à região subsídios e conhecimentos que transformam, não apenas os pensares amazônicos, como também, contextos e cenários.

A Linguagem Jornalística: Sua Interferência e Contribuição ao Desenvolvimento da Amazônia Brasileira visa, através da história do jornal na Amazônia brasileira, analisar

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Norte 2009, na Divisão Temática de Jornalismo, do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte.

² Mestre em Linguística pela UNIR, Pesquisadora do NEC e GELLSO - UNIR. Professora da Faculdade Interamericana de Porto Velho - UNIRON (klondy2@gmail.com).



como a linguagem jornalística interfere nessa rica e diversificada cultura e consequentemente, contribui para o seu desenvolvimento regional.

Em busca de atingir o objetivo proposto, procuramos observar a importância do jornal e da linguagem jornalística para a miscigenação cultural da região, sua contribuição e interferência na construção de novos sentidos, as possíveis mudanças na cultura local provocadas por essas interferências e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Com este estudo observamos que a linguagem é a um instrumento de poder e que a linguagem jornalística tem um poder maior ainda porque apresenta o mundo à sua audiência sem explicitar o seu papel.

Reconhecemos ainda que, como um código utilizado para apresentar o mundo ao leitor, a linguagem jornalística carrega nela própria, sentidos culturalmente construídos em culturas particulares e diversas que pode inibir pessoas de avaliar criticamente as opiniões e visões por elas mantidas. Com a triangulação dos dados obtidos procuramos pelas respostas aos questionamentos levantados e obtivemos os resultados apresentados abaixo.

O Jornal, a Linguagem Jornalística e o Sentido Culturalmente Construído

A leitura e observação dos dados colhidos mostram que a colonização da Amazônia brasileira tem sido feita de modo desordenado e com interesse e valores distintos.

Nessa ocupação, que ao longo da sua história sofre a interferência de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos interessou observar como o jornal, uma das principais fontes de notícias, interfere nos sentidos culturalmente construídos³ e leva comunidades amazônicas a construção de novos sentidos, mudando pontos de vista, contextos e cenários.

A fim de alcançar o objetivo proposto a este estudo, primeiramente, procuramos conceituar o que é um jornal. Para, a seguir, definirmos linguagem jornalística e sentido culturalmente construído.

³ A respeito desse construto, Ferrarezi Jr. (2003) comenta: Os sentidos se constroem culturalmente, e tudo o que é construído culturalmente é, obrigatoriamente, vinculado a valores culturais. Por isso mesmo os sentidos expressam, além de suas ações referenciais, valores culturais e, por isso, geram uma *impressão* desses valores nas mentes dos falantes. É a partir dessas impressões de valores que construímos nossas representações. Mas, elas - as impressões de valores culturais - não são as representações, pois elas são, ainda, somente um construto cultural e compartilhado, e as representações são subjetivas, pessoais.



Inicialmente, tais conceitos podem parecer óbvios, todavia, merecem ser analisados com muito cuidado.

A palavra jornal, derivada do latim *diurnale* (diário), tem sua significação trazida do italiano em nosso dia a dia, *giornale* (gazeta diária). No entanto, em um estudo que procura por sentidos culturalmente construídos, o que menos nos importou foi a significação dicionarizada da palavra jornal. Procuramos pelo sentido dessa palavra e nessa procura observamos que por possuir uma linguagem particular, sua linguagem deve ser levada em conta em toda sua própria significação. Fato que nos encaminhou a uma definição muito particular do que é um jornal: *sentidos que constroem novos sentidos, modificam pontos de vista e transformam contextos e cenários*.

A seguir, buscamos pela melhor definição a ser utilizada em nosso estudo para a linguagem jornalística. Uma linguagem que inclui notícias, comentários, análises, propagandas e entretenimentos, mas que sempre está a serviço de uma ideologia e que se propõe a construir sentidos, modificando ou reforçando pontos de vista.

Observamos, então que, tudo que é transmitido pelo jornal, é feito através da linguagem e tudo que é transmitido através da linguagem necessita de compreensão para a decodificação dos valores inclusos na mensagem.

Nessa observação, compreendemos que a linguagem jornalística reúne suas próprias "cargas" emocionais e culturais. O que esta carga é, ou contém, dependerá da natureza da cultura na qual essa linguagem existe. Por exemplo: se uma determinada cultura tem pouco respeito por certos grupos, conceitos ou crenças, sua linguagem ao expressar pontos de vista sobre aqueles grupos, conceitos ou crenças refletirá esse seu pouco respeito. Desse modo, o leitor, ao ler o jornal, terá suas atitudes e valores reforçados ou modificados através da linguagem jornalística.

A linguagem jornalística neste artigo é definida como *o código utilizado para apresentar o mundo ao se leitor*. Essa linguagem, que carrega nela própria, sentidos culturalmente construídos em culturas particulares e por muitas vezes diversas desse leitor, pode, portanto, inibir pessoas de avaliar criticamente as opiniões e visões por elas mantidas. Fato muito evidenciado na linguagem de anunciantes, de políticos e todos aqueles que têm como objetivo a manipulação das atitudes sociais.

Após definirmos jornal e linguagem jornalística, encaminhamos a pesquisa em busca da definição do que aqui chamamos de *sentido culturalmente construído*.

Em busca de tal esclarecimento, recorreremos a Frege (1978) e retomamos a sua concepção de unidade de sentido, com base no clássico ensaio “*Sobre o Sentido e a*



*Referência*⁴”. Frege utiliza uma grande quantidade de argumentos para sustentar logicamente a afirmação de que o significado não é o objeto a que uma palavra se refere e que é necessário diferenciar, ainda, o objeto real e a palavra daquilo que é compartilhado socialmente como sendo o significado desse sinal e daquilo que cada um entende particularmente como sendo sua significação. Frege (1978: 64) argumenta:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a esse sinal. Se a referência de um sinal é o objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, imersa das lembranças de impressões sensíveis, passadas e das atividades internas e externas que realizei.

O sentido é a idéia compartilhada como referente, isto é, uma concepção geral que permite o entendimento dos significados das frases entre os falantes. A representação é a concepção pessoal acerca do referente.

Para que o sinal possa atuar como elemento representativo deve estar associado a um sentido. O sentido, construído culturalmente, é compartilhado pelos falantes de uma língua. Definido como uma idéia geral que os falantes de uma língua associam a um sinal qualquer a respeito de um objeto do mundo real ou de mundos possíveis, o sentido é o responsável pela possibilidade de comunicação entre usuários de uma língua. Assim, quando um locutor fala uma palavra qualquer ou utiliza-se de um gesto culturalmente definido, espera que seu interlocutor o compreenda.

Com essa visão sobre *jornal, linguagem jornalística e sentido culturalmente construído*, encaminhamos nossos estudos em busca da história do jornal na Amazônia brasileira, da análise e observação de como a linguagem do jornal interfere na cultura amazônica, constrói novos sentidos e, por conseqüência, transforma contextos e cenários.

O jornal na Amazônia brasileira

Na observação da história do Brasil, um país cuja cultura não consegue se desfazer de suas marcas coloniais, compreendemos que o jornal, tanto escrito como falado, tem utilizado em demasia a ideologia compartilhada.

⁴ Este ensaio foi escrito com problemas da lógica em mente (isto é, a relação de "igualdade") e é uma amostra dos primeiros exemplos de análise filosófica a apontar que o problema invade a língua natural e que não é um problema restrito à matemática ou à lógica formal. Deste ponto de vista, Frege, como C. S. Peirce, antecipam a preocupação de filósofos e críticos com os problemas que envolvem a língua e o significado, particularmente onde problemas semânticos e epistemológicos sobrepõem-se mas exigem diferenciação. Cf. In: Adams and Searle, 1985:624.



Ao analisar a história do desenvolvimento da região amazônica, observamos também que, por ser uma região colonizada por pessoas de regiões e países diversos, os veículos de comunicação, apresentando o mundo a essa audiência sob diferentes ideologias, têm construído sentido e modificado contextos e cenários.

De acordo com a história, os primeiros jornais surgidos na Amazônia já vinham atendendo a interesses diversos.

Na verdade, a própria história da imprensa no Brasil é acompanhada por interesses políticos, econômicos e sociais. Com a revisão de Fabíola Corrêa (2007, p. 08) observamos que o surgimento do *Correio Braziliense*, a 1808, era “[...] uma forma de manifestação pública daqueles que se indignavam com o poder público” tanto quanto o aparecimento, no mesmo ano, de um jornal com uma linha editorial oficiosa como a *Gazeta do Rio de Janeiro* era a expressão daqueles que “[...] eram coniventes com ele [poder]”.

Assim também se deu na Amazônia. A *Gazeta do Pará* foi o primeiro periódico da região. Teve vida curta e sua primeira edição datava de janeiro de 1821. Era editado e impresso em Portugal e sua linha o caracterizava como um veículo áulico: valorizada as notícias da Corte Portuguesa e era distribuído em igrejas e alfândegas de Belém. Somente um ano depois, em 22 de maio de 1822, surgiu o jornal que serve de marco inaugural à imprensa livre do Norte do país. Surgia então *O Paraense*, resultado da aquisição de um prelo português por quatro pioneiros do jornalismo amazônico.

O jornal representava, àquela época, o pensamento iluminista de liberdade e a defesa da Independência do Brasil. Pensamento contrário à Província do Pará. Seu fim ocorre justamente após a adesão da Província do Pará à Independência, em 1823 (Ferreira P., 2005; Corrêa *et al.*, 2007).

A *Província do Pará*, diário mais antigo da Amazônia, durou 125 anos. Fundado em 25 de março de 1876, com um maquinário superior ao do jornal *O Estado de São Paulo*⁵, desde o início alinhou-se ao Partido Liberal e depois ganhou linha independente e se estruturou como empresa⁶.

A *Província do Pará*, depois de passar oito anos sem circular, voltou em 1920 sob a direção de Pedro Chermont de Miranda. Novamente interrompe sua circulação em 1926 por problemas financeiros e só retorna em 1947, sob controle dos Diários Associados,

⁵ Sodré, Nelson Werneck, História da Imprensa no Brasil, 4ª edição, Mauad, 1999.

⁶ Cruz, Ernesto, Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará, Belém, 1952, reeditado em 1999.



de Assis Chateaubriand, o comandante da rede nacional de jornais, rádio e televisão. Em 2001, encerra suas atividades.

A *Folha do Norte*, um jornal que marcou época no cenário regional iniciou sua circulação em 1896, também, com forte ideologia política deixou de circular em 1974⁷. Fundado em 02 de janeiro de 1904, o *Jornal do Comercio*, do Estado do Amazonas, é o jornal mais antigo ainda está em circulação. Foi propriedade da rede de Assis Chateaubriand e, a partir de 1985, passou a pertencer a Guilherme Aluizio de Oliveira Silva.

Em 1911 foi fundado o jornal *O Estado do Pará*, também para combater Antônio Lemos, mas foi empastelado em 1928 por policiais civis e militares, que destruíram suas máquinas.

Pouco tempo depois *O Estado do Pará* voltou a circular, sendo impresso nas oficinas da *Folha Norte*, e se tornou porta-voz dos novos personagens que entraram em cena, a partir de 1930. Jornal, com forte cunho político, deixa de circular em 1961 por falta de condições financeiras.

No dia 11 de julho de 1915, foi lançado o jornal *Correio de Macapá*. Com tiragem média de quinhentos exemplares. Sua linha editorial era atrelada aos interesses dos seus governantes.

No dia 15 de abril de 1917, em Porto Velho, foi criado o *Alto Madeira*, também com interesses políticos. Fundado pelo médico Joaquim Augusto Tanajura, antes parte da força policial de Rondon e, depois, prefeito de Santo Antônio do Alto Madeira, atual cidade de Porto Velho. Na década de 20, passou a integrar a rede dos Diários Associados. Nos anos 50 foi adquirido pelo grupo Tourinho, liderado por Euro Tourinho (hoje, é um dos mais antigos em circulação).

Em 1937, no Pará, surgiu *A Vanguarda*, que permanece em circulação até 1962.

Com a redemocratização do país em 1946, após a ditadura de Getúlio Vargas, surge em Belém o jornal *O Liberal*, veículo do Partido Social Democrático, para defender o governo dos ataques da *Folha do Norte*. Desentendimentos políticos marcam a vida desse vespertino. Em 1966, o jornalista Rômulo Maiora adquire o jornal *O Liberal* e o desatrela do PSD.

No Amazonas surge, em 1949, o jornal *A Crítica*, pelas mãos de Umberto Calderaro, ligado ao PSD. Eram tempos de intolerância, tempo que em vez de se combater as

⁷ Cf. in: Rocque, Carlos, Depoimentos para a História Política do Pará, Mitograph, Belém, 1981.



idéias, partia-se para a eliminação do adversário ou dos instrumentos de propagação de suas posições ideológicas.

Em 1954 é fundado o jornal *O Guaporé*, de propriedade do coronel Aluízio Ferreira, que era deputado federal e foi o primeiro governador do Território Federal do Guaporé (atual Estado de Rondônia). Os diretores do jornal eram todos filiados ao PTB e sua linha estava voltada para a sustentação política do governo de Getúlio Vargas e do governador Paulo Nunes Leal.

Com forte bandeira política, surgem no período da ditadura militar de 1964 diversos jornais alternativos na Amazônia. No Pará surgem o *Bandeira 3*⁸, editado por Lúcio Flávio Pinto, jornalista experiente que passou pelos jornais *A Província do Pará*, *O Estado de São Paulo*, *O Liberal* e, ainda hoje, edita o periódico *Jornal Pessoal*.

Em 1977, no Acre, surge o *Varadouro*. Definido como o *jornal das selvas*, em formato tablóide, circulava em Rio Branco. e encerrou em 1981.

Ligado à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, aparece em 1978, em Belém, o *Resistência*. Vários jornalistas que lutaram contra a ditadura passaram por esse periódico que circulou até 1983. Uma edição especial desse jornal circulou em abril de 2003 para comemorar os 25 anos de existência da Sociedade Paraense de Direitos Humanos.

Atualmente, circulam, nos seis estados inteiramente amazônicos⁹, segundo Ferreira (2005), quase meia centena de jornais diários, diversos periódicos semanais e quinzenais, além de revistas mensais. É grande, também, o número de jornais digitais.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, em seu livro *História da Imprensa no Brasil* (1999), com a redemocratização do País, após 1985, a imprensa recupera parte do seu papel de informar, sem as restrições dos censores oficiais e a liberdade passa a ser limitada pelos interesses econômicos das empresas jornalísticas. Ademais, Sodré afirma: “É a fase em que o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores e passa a servir aos anunciantes, predominantemente”. Sobre o tema, Ferreira (2005) comenta:

A maioria dos jornais não valoriza as pautas estruturais, com ênfase na economia, nas finanças públicas. E o material publicado ainda se restringe aos centros urbanos. Poucos retratam o interior da Amazônia. Polícia, esporte, vida urbana e fragmentos da política partidária ainda são os assuntos mais pautados. As colunas sociais têm grande espaço nesses periódicos.

⁸ Em formato tablóide, circulou com poucos números, em 1975. “Apesar de sua proposta editorial dirigida à periferia de Belém do Pará, *Bandeira 3* tornou-se um jornal basicamente voltado à classe média politizada e com forte vocação ecológica, dada a sua inserção na região Amazônica” (Kucinski, Bernardo, *Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo, 1991, Scritta Editorial).

⁹ Maranhão, Tocantins e Mato Grosso fazem parte da Amazônia Legal, mas boa parte de seus territórios pertence a outras regiões brasileiras.



Através da observação da história do jornal na Amazônia brasileira, procuramos observar, também, a propriedade desses jornais para, a partir daí observar a interferência e contribuição da linguagem jornalística à região.

A Linguagem Jornalística e a Manipulação da Audiência

Um dos principais fatores no que denominamos *liberdade de imprensa* reside na propriedade. Pontos de vista transmitidos ao leitor/ouvinte do jornal carregam sentidos culturalmente construídos, não só de quem faz a notícia, mas também do proprietário desse jornal. O proprietário tem influência direta no conteúdo jornalístico, na sua estância política e na sua perspectiva editorial.

Desse modo, a concentração de jornais na mão de poucos proprietários, com certeza, pode colocar em perigo a liberdade de imprensa e fazer de sua linguagem uma grande ferramenta de manipulação de sua audiência.

A linguagem jornalística opera em vários níveis diferentes. A linguagem do texto escrito tem o nível grafológico ou visual. No texto falado tem o nível fonológico ou oral (que pode ser explorado através do texto escrito). Em todos os textos, escritos ou falados, a linguagem tem o nível lexical (a palavra) e o nível sintático (a gramática).

Ademais, a linguagem opera sempre dentro de um contexto cultural. Sendo assim, os textos são criados dentro de uma cultura particular e operam dentro de um sistema de valores pertencentes aquela cultura.

Uma maneira simples e óbvia na qual a linguagem jornalística pode ser utilizada para apresentar idéias específicas sobre pessoas, grupos ou valores é feita através da seleção das palavras para denominá-los.

Pesquisas recentes em lingüística e psicologia sugerem que pessoas não dependem da linguagem para pensar. Elas comprovam que os bebês pensam antes de obter a linguagem e adultos, freqüentemente, passam pela triste experiência de não encontrarem as palavras certas para expressarem exatamente o que pensam. Não podemos, portanto, pensar que uma população possa ser dominada pela linguagem, pois essa é uma possibilidade improvável.

Mesmo assim, a linguagem é um instrumento de poder. Talvez, seja um instrumento muito maior de poder quando o seu papel em apresentar o mundo a uma audiência não seja explícito. Em outras palavras, é fácil resistir a um ponto de vista específico ou



ideológico quando você sabe que esse ponto de vista ou ideologia está sendo apresentado a você. No entanto, não é fácil de resistir quando esse ponto de vista ou ideologia está oculto.

O público de um jornal é o seu leitor/espectador ou ouvinte. Isto pode ser muito óbvio afirmar, mas essa afirmativa levanta pontos importantes sobre como o jornal se relaciona com esse público e a diferença entre a audiência “real”, que totaliza a distribuição/audição desse jornal e a audiência “implicada”, aquela para qual o jornal parece ter sido produzido.

O jornal, portanto, através da linguagem, pode construir uma audiência (a audiência implicada), como uma maneira de manipular a audiência real, tomando uma posição (ou papel) que, sem esse artifício, não poderia tomar.

Destarte, o jornal assume a existência de grupos que realmente não podem existir como grupos dentro da sociedade. Dirigindo-se a esses grupos, cria uma ideologia compartilhada que freqüentemente trabalha para obscurecer alguns temas em lugar de clarificá-los.

Ademais, observamos que a linguagem na produção do jornal pode ser utilizada para representar grupos em particular, para promover atitudes particulares ou ajustar-se a estereótipos existentes.

Passamos a entender, então que, a linguagem jornalística ao apresentar o mundo ao seu leitor, de uma forma não implícita, com sentido e representações particulares, pode conduzir o leitor à compreensão errônea. Pois, para que haja uma compreensão *correta*, há a necessidade de se construir sentidos na cultura do autor (jornalista, repórter ou o próprio proprietário desse jornal) e especializar esses sentidos para que nessa compreensão não haja enganos e/ou contradições.

Ademais, além do domínio da linguagem utilizada, para que seja feita a compreensão, importam também, vários outros fatores. A ausência desses fatores pode levar o leitor/ouvinte a conclusões incorretas sobre o que está sendo veiculado. Entre esses fatores, podemos enumerar: o grupo cultural desse leitor, seu nível de escolaridade, seu nível de consciência e até mesmo a mescla cultural do cenário a que ele pertence.

Interferências e Contribuições da Linguagem Jornalística

A Linguagem Jornalística, um código utilizado para apresentar o mundo ao se leitor, carrega nela própria, sentidos culturalmente construídos em culturas particulares e por



muitas vezes diversas do seu leitor. Por essa diversidade, pode, portanto, inibir pessoas de avaliar criticamente as opiniões e visões por elas mantidas. Fato muito evidenciado na linguagem de anunciantes, de políticos e todos aqueles que têm como objetivo a manipulação das atitudes sociais.

Com a triangulação de dados sobre a história do jornal, o desenvolvimento e a história político-social da Amazônia brasileira, atentamos para o fato de que a linguagem jornalística tem papel relevante na formação e transformação da Amazônia brasileira.

Observamos que o ouvinte/leitor amazônida cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir da linguagem jornalística e das posições ideológicas que ela assume no processo sócio-histórico em que essa linguagem foi produzida. Além disso, na linguagem jornalística que, também, privilegia o recorte em detrimento dos dados reais, tudo é visto e mostrado a partir da sua perspectiva, de seu ângulo de visão.

Podemos afirmar, portanto que a história, através da linguagem jornalística, é construída, reconstruída e, até mesmo, desconstruída a partir de um recorte. Ela mostra, portanto, à sua audiência a sua versão dos fatos nacionais e internacionais, construindo a sua história sobre a nação e sobre o mundo (Bhabha, 1990; Hall, 1998; Benjamim, 1985/1994).

Em outras palavras, é a linguagem jornalística quem autoriza (e legitima) o que se convencionou chamar de “história oficial”, reforçando alguns acontecimentos e abafando outros que devem, por diversos motivos e interesses, ser esquecidos. Transformando experiências pessoais em públicas, uma vez que ela recorre ao acervo disponível, ela atua como um sábio e, sem poder ser questionada, dá seus conselhos e contribui para a criação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983/1989), ou seja, a invenção de uma visão do mundo.

A linguagem jornalística aproveita-se, ainda, de seu papel, pois realiza sua tarefa com grande maestria: ela relata experiências e, passando-a de pessoa a pessoa, aproxima-se de seu ouvinte/leitor, que se sente atraído por um sentimento de intimidade.

Considerações Finais

Podemos dizer, portanto, que a linguagem jornalística é construtora de sentidos, ou seja, ela constrói novos sentidos que se sobrepõem aos sentidos construídos na cultura local, gerando novos significados e com eles novos pontos de vista.



A esse fenômeno de novos sentidos que se sobrepõem a sentidos já existentes Bakhtin (1999:135) chama de re-visão e faz algumas considerações: “... a mudança de significação é sempre, no final das contas, uma **reavaliação**: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro.” Desse modo, compreende-se que a evolução do tema e das significações que o jornal fornece ao leitor é a transformação da própria apreciação social. Sobre a transformação da apreciação social e a mudança de sentido, Bakhtin (1999:136) comenta: “A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social [...]”

Compreendemos, desse modo, que o homem amazônida, com novos sentidos culturalmente construídos, passa a ler a sua própria vida sob novos pontos de vista. Sobre tais transformações, Bakhtin (1999:136) faz as seguintes considerações:

Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la.

O resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável neste processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma instabilidade e uma identidade igualmente provisórias.

Assim, a partir do momento em que o amazônida, por meio jornalístico, lê e interpreta cenários com sentidos construídos em outra cultura e começa orientar-se em relação a ela, tomando para si novas significações, ele começa também a modificar sua própria cultura.

Desse modo, a interferência da linguagem jornalística na cultura local é inquestionável, pois, à medida que novos sentidos sobrepõem-se aos sentidos construídos na cultura amazônica, a comunidade adquire novos pontos de vista e com essa aquisição há toda uma interferência no seu modo de vida e em seus valores culturais, provocando mudanças e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Referências bibliográficas

ADAMS, Hazard and SEARLE, Leroy (1985). *Critical Theory*. University of Florida.

ANDERSON, B. (1983). *Nação e Consciência Nacional*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. (1989). São Paulo: Ática.



- BHABHA, H. (1994). *The Location of Culture*. London And New York: Routledge.
- BAKHTIN, Mikhail / VOLOCHINOV (1999). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- CORRÊA, Fabíola; CLAUDINO, Lorena; COSTA, Suanny. *História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha*. In: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte, Belém (PA), jun. 2007.
- CRUZ, Ernesto (1999). *Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará*. Belém.
- FERRAREZI Jr., Celso (2003). *A especialização dos sentidos: palavra, contexto e cenário*. “(mimeo)”.
- FERREIRA P., Paulo Roberto. *Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia*. In: 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Novo Hamburgo (RS), abr. 2005. Disponível na Internet. <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midia/paulorobertoferreira.doc>> Acesso em: 25 fev. 2009.
- FREGE, Gottlob (1978). “Sobre o sentido e a referência”. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix. Pp.59-86.
- KUCINSKI, Bernardo (1991). *Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial.
- RACCAH, Pierre Yves (2002). “La Semantica de los puntos de vista: Hacia una teoria científica y empírica de la construccion del sentido”. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: PVC/RS. n° 129, pp. 45-72.
- ROCQUE, Carlos (1981). *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1999). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad.